

# Bancos brasileiros estão fora do acordo

por Maria Clara R.M. do Prado  
de Brasília

Ao acertar na noite de sábado com os bancos credores os entendimentos em torno de três pontos básicos do acordo de reescalonamento da dívida externa, o governo brasileiro deu como vencida uma etapa do processo de negociação e resolveu que fará ao longo desta semana — entre quarta-feira e sexta-feira — o pagamento de US\$ 700 milhões de juros atrasados, dos quais US\$ 500 milhões referentes à parcela que faltava de janeiro (a estimativa anterior de US\$ 580 milhões foi revista) e US\$ 200 milhões dos juros devidos aos bancos internacionais privados em fevereiro. Os recursos para isto vão sair das reservas internacionais do País.

Esta decisão foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, quando alinhou os pontos em torno dos quais se havia chegado a um entendimento com os bancos credores: o financiamento de US\$ 5,8 bilhões para ajudar a fechar o balanço de pagamentos deste ano; o "spread" — taxa de risco — de 0,8125% para este financiamento com uma comissão de incentivo à adesão de 0,375%, ainda, a recomposição das linhas de curto prazo (crédito ao comércio e interbancário) no valor de US\$ 600 milhões.

## CURTO PRAZO

De imediato, conforme informou Nóbrega, os 14 bancos que compõem o comitê assessor da dívida externa brasileira (liderados pelo Citicorp) se comprometem a colocar US\$ 300 milhões para recompor as linhas de curto prazo, antes mesmo de os termos finais do acordo serem redigidos, o que só deverá ocorrer em fins de março, na expectativa do governo brasileiro. Este montante, que ficará depositado no Banco Central pelo prazo de no mínimo 180 dias e que só poderá ser sacado para atender às operações cambiais de exportação, vem ajudar a aumentar as reservas internacionais.

Quanto aos juros de março, no valor de US\$ 230 milhões, "nós estamos dispostos a pagar no final do mês se alcançarmos o acordo final", segundo observou o ministro. Mas não haverá reserva em caixa suficiente para efetuar os pagamentos dos juros aos bancos nos três meses seguintes, abril, maio e junho — e o Brasil pretende abrir negociações com os bancos e em torno de um empréstimo-ponte para cobrir o serviço da dívida assumida com os bancos e que vence no segundo trimestre do ano.

O total dos vencimentos dos juros dos bancos é de US\$ 1,8 bilhão entre abril e junho. O valor do empréstimo-ponte ainda depende de acordo com os credores, mas será inferior a US\$ 1,8 bilhão por que os bancos credores não entram no esquema. Este financiamento não deverá constar do acordo principal que o governo brasileiro pretende ver assinado com o comitê assessor em junho. Poderá, no entanto, conforme colocou Mailson da Nóbrega, tomar a forma de adendo ao acordo.

## JUROS

De dezembro para cá, incluindo o pagamento de

US\$ 700 milhões que será desembolsado nesta semana, o Brasil terá remetido aos bancos credores privados cerca de US\$ 1,55 bilhão de juros, dos quais US\$ 500 milhões somam a parcela liberada ainda em dezembro. O Banco Central ainda não divulgou oficialmente a posição das reservas internacionais do País no final de 1987 — a última expectativa era de que tivesse ficado em torno de US\$ 4,4 bilhões — mas os pagamentos referentes aos juros de janeiro (no total de US\$ 850 milhões) e de fevereiro (de US\$ 200 milhões) sem dúvida têm peso negativo sobre o montante de divisas em caixa.

O governo brasileiro está consciente dos riscos de estratégia que assumiu. "Nós assumimos uma estratégia de negociação que encerrava altos riscos quando fizemos o pagamento dos juros de forma unilateral (o Brasil pagou US\$ 350 milhões no início de fevereiro sem ter qualquer aceno dos bancos) e nos dispussemos a continuar pagando juros das nossas reservas à medida em que a negociação prosseguisse", atestou o ministro da Fazenda.

Ele considera o entendimento em torno de alguns pontos no sábado como um "sinal claro e evidente de que houve progresso". Só em juros, o Brasil deve este ano aos bancos privados US\$ 6,6 bilhões, sem contar com o montante que deixou de ser pago em 1987 entre fevereiro e setembro, no valor de US\$ 3 bilhões, e que será desembolsado em junho dentro das regras do acordo interino firmado em dezembro.

## BANCOS

### BRASILEIROS

O financiamento de US\$ 5,8 bilhões acertado com os credores no sábado se destina, em princípio, a fechar as contas do balanço de pagamento este ano e, segundo Nóbrega deixou claro ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, os bancos brasileiros credores do Brasil não vão participar deste financiamento.

"Os bancos brasileiros no exterior — o Banco do Brasil é o maior credor do país, mas também agências externas do Banespa e de alguns bancos privados têm crédito junto ao Brasil — vão receber os juros normalmente e, portanto, não entram no esquema de financiamento dos US\$ 5,8 bilhões", atestou o ministro da Fazenda, depois de ter feito aos ministros do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) uma explanação sobre os entendimentos na área externa.

O comprometimento dos bancos em financiar US\$ 5,8 bilhões não tem ligação direta com os US\$ 3 bilhões que o Brasil terá de desembolsar em junho justamente para fazer frente ao empréstimo tomado em dezembro no acordo interino. "Não há qualquer vinculação entre o valor do empréstimo e sua destinação", frisou Mailson da Nóbrega ontem. Ele se reverte, no entanto, como uma fonte nova de financiamento que será usada para cobrir os mais diversos desembolsos brasileiros, incluindo aí os US\$ 3 bilhões.

Na verdade, conforme atestou o ministro, é possível que as necessidades de financiamento para

cobrir as obrigações externas neste ano sejam satisfeitas e, ainda, se feche dezembro com um patamar de reservas internacionais pelo menos no nível de 1987.

## GANHOS

Caso o princípio do "carve-out" — aplicação de uma taxa de risco menor, de 0,8125% sobre o estoque da dívida — venha a ser incluído no acordo, já neste ano de 1988 haveria um ligeiro ganho no pagamento do serviço da dívida externa que o ministro da Fazenda calcula entre US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões. Além disso, as projeções das contas externas para este ano podem mudar na medida em que houver um ingresso maior do que o esperado de recursos do Banco Mundial (BIRD), das agências de crédito governamentais e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Diante dessas possibilidades, o ministro chega a considerar que parte dos US\$ 5,8 bilhões, algo em torno de US\$ 500 milhões, possa ser usada para financiar o balanço de pagamentos do ano que vem.

Nos entendimentos de sábado, conforme Nóbrega reportou, houve a aceitação da parte dos bancos de considerar o "spread" menor de 0,8125% — a taxa de risco média que o Brasil paga hoje é de 1,66% — sobre o estoque da dívida (contratos antigos) assumida pelo setor público. Isso representa um valor entre US\$ 48 bilhões e US\$ 50 bilhões no período que se quer reescalonar pelo prazo de 20 ou 25 anos e cobre dívidas vencidas no período de 1986 a 1993.

## DIFERENCIACAO

O tratamento diferenciado entre dívida do setor público e dívida do setor privado é uma novidade no caso brasileiro, já que até aqui nunca houve discriminação pelo tipo do tomador do empréstimo nos acordos de reescalonamento acertados com os bancos credores. O ministro da Fazenda explicou que seria muito complicado aplicar o princípio do "carve-out" à dívida do setor privado. Es-

ta corresponde a 20% do total que está sendo objeto de negociação, mas está pulverizada em 10 mil contratos, seja de empréstimos diretos ou de operações tomadas pela via do repasse, dentro dos termos da Resolução nº 63 (um banco brasileiro toma o financiamento lá fora e repassa o empréstimo dentro do País para um mutuário final).

No global, incluindo dívidas privadas ou públicas, o Brasil espera reescalonar pelo prazo mínimo de vinte anos — com oito ou dez anos de carência — o pagamento de amortizações equivalentes a US\$ 64,2 bilhões, e pretende usar como referência para os juros dessa dívida a variação da "Libor" — taxa praticada no interbancário de Londres. Hoje, cerca de 70% da dívida externa já está referenciada à "Libor" mas uma parte de cerca de 15% ainda está atrelada à "prime-rate", o juro preferencial norte-americano.

## CLAUSULA DE PARTILHA

O ministro da Fazenda adiantou ontem que o Brasil pretende também incluir nos termos do acordo que espera ter redigido em fins de março um item pelo qual os bancos renunciam ao direito da cláusula de partilha se algum parceiro aderir ao projeto de securitização da dívida externa. A securitização implica transformação dos créditos que os bancos têm na forma de empréstimo por créditos na forma de bônus da República brasileira e sempre foi um impedimento para que o projeto deslanchasse uma cláusula existente nos contratos firmados nas fases I e II de renegociação da dívida externa.

A cláusula de partilha diz que qualquer credor, dentro do sindicato de bancos, que receba o produto de um pagamento da dívida negociada, deve reparti-lo com os demais. Se conseguir dos bancos credores o "waiver" (perdão) necessário para a dispensa da cláusula de partilha, o Brasil abre, então, campo para

a adesão voluntária dos bancos à securitização.

Mas o Brasil pensa em amarrar, no acordo final, três condições no sentido de garantir a recomposição das linhas de curto prazo. Segundo, Nóbrega, existe hoje uma insuficiência de US\$ 1 bilhão no valor alocado junto à financiamento ao comércio e a depósitos no interbancário, nos termos definidos pelos antigos projetos 3 e 4 do plano de refinanciamento da dívida definido no passado, e que totaliza cerca de US\$ 15 bilhões.

## CURTO PRAZO

Nos entendimentos de sábado, o comitê de bancos se comprometeu a buscar uma recomposição de US\$ 600 milhões na conta de transações correntes. As projeções para a taxa de juro internacional, que em setembro estavam nos patamares de 8,75% para a "prime-rate" e de 8,5% para a "Libor", foram revisadas para os níveis de 8,5% da "prime-rate" e 7% para a "Libor". Também constam das projeções do balanço de pagamentos deste ano, hipóteses que o ministro da Fazenda considera "prudentes", mas estão sujeitas a mudanças caso os entendimentos na área externa prossigam satisfatoriamente: desembolsos líquidos negativos para o Banco Mundial entre US\$ 200 milhões e US\$ 300 milhões; para os credores oficiais do Clube de Paris de cerca de US\$ 200 milhões e para o FMI de US\$ 450 milhões.

## JUNHO

A partir dos entendimentos acertados no sábado, as negociações com os credores continuam em torno dos outros pontos, mas o acordo não estará assinado em fins de março. Se concluído no final deste mês, nos seus termos redacionais, o comitê-assessor da dívida brasileira dá início em abril ao processo de coleta de adesões que é sempre demorado. O próprio ministro da Fazenda estima que só em junho o Brasil estará, afinal, assinando formalmente o acordo com os bancos credores. Junho é também o mês em que espera-se aprovar pelo "Board" do FMI os termos do acordo que o Brasil comeca a negociar, em torno de um empréstimo "standby", daquele organismo, já em fins de março. "No final deste mês devemos receber uma missão negociadora do FMI do Brasil", disse ele ontem.